

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho n.º 167/2026

Sumário: Contratando em regime de Estágio Probatório, Katelene Suelma Medina Évora, Licenciada em Ciências Biológicas, Albertino Rocha dos Santos, Licenciado em Ciências Religiosas, e Ailton César de Penha Rocha, Licenciado em Contabilidade, aprovados em concurso.

Extrato do Despacho de Sua Excelência o Ministro da Educação

De 22 de novembro de 2024

Katelene Suelma Medina Évora, Licenciada em Ciências Biológicas - Percurso Pescas, aprovada em concurso – reserva de recrutamento nº 06/ME/2021, publicado no Boletim Oficial nº II Série nº 10, de 21 de janeiro de 2022, selecionada em 1ª posição, é contratada mediante Contrato de Estágio Probatório, para exercer as funções de Professora do Ensino Secundário, Nível I, na Delegação do Ministério da Educação de São Vicente – Escola Industrial e Comercial do Mindelo, nos termos do disposto no artigo 6º e 7º, nºs 1 e 2 do artigo 8º, bem como nos artigos 10º, 12º e 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 14 de agosto, que estabelece o regime jurídico de estágio probatório, conjugado com o artigo 22º e seguintes e alínea b) do nº 1 do artigo 34º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente, com os nºs 1 a 6 do artigo 72º, e com os artigos 130º e 131º da Lei nº 20/X/2023, de 24 de março, que estabelece o regime jurídico, assenta as bases e define os princípios fundamentais da Função Público e, o regime jurídico de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego público, com efeitos a partir da data de publicação no Boletim Oficial.

(Visado pelo Tribunal de Contas, aos 05 de setembro de 2025)

Albertino Rocha dos Santos, Licenciado em Ciências Religiosas, aprovado em concurso – reserva de recrutamento nº 04/ME/2021, publicado no Boletim Oficial nº II Série nº 10, de 21 de janeiro de 2022, selecionada em 23ª posição, é contratado mediante Contrato de Estágio Probatório, para exercer as funções de Professor do Ensino Secundário, Nível I, na Delegação do Ministério da Educação de São Vicente, nos termos do disposto no artigo 6º e 7º, nºs 1 e 2 do artigo 8º, bem como nos artigos 10º, 12º e 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 14 de agosto, que estabelece o regime jurídico de estágio probatório, conjugado com o artigo 22º e seguintes e alínea b) do nº 1 do artigo 34º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente, com os nºs 1 a 6 do artigo 72º, e com os artigos 130º e 131º da Lei nº 20/X/2023, de 24 de março, que estabelece o regime jurídico, assenta as bases e define os princípios fundamentais da Função Público e, o regime jurídico de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego público, com efeitos a partir da data de publicação no Boletim Oficial.

(Visado pelo Tribunal de Contas, aos 01 de dezembro de 2025)

Ailton César de Penha Nascimento, Licenciado em Contabilidade, aprovado em concurso – reserva de recrutamento nº 06/ME/2021, publicado no Boletim Oficial nº II Série nº 10, de 21 de janeiro de 2022, selecionada em 33ª posição, é contratado mediante Contrato de Estágio Probatório, para exercer as funções de Professor do Ensino Secundário, Nível I, na Delegação do Ministério da Educação São Vicente, nos termos do disposto no artigo 6º e 7º, nºs 1 e 2 do artigo 8º, bem como nos artigos 10º, 12º e 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 14 de agosto, que estabelece o regime jurídico de estágio probatório, conjugado com o artigo 22º e seguintes e alínea b) do nº 1 do artigo 34º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente, com os nºs 1 a 6 do artigo 72º, e com os artigos 130º e 131º da Lei nº 20/X/2023, de 24 de março, que estabelece o regime jurídico, assenta as bases e define os princípios fundamentais da Função Público e, o regime jurídico de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego público, com efeitos a partir da data de publicação no Boletim Oficial.

(Visado pelo Tribunal de Contas, aos 30 de outubro de 2025)

Praia, aos 16 de fevereiro de 2026. — A Diretora, *Dulcínia Lima Fermino*.